

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 10/ 2024 – CGPES/DIGAP	
Título e Código do Projeto	UNESCO 914BRZ1115 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e do Plano de Ações Articuladas - PAR
Local(s) de Trabalho	<i>Brasília - DF</i>
Período do contrato:	<i>11 meses</i>
Número de vagas:	5 (cinco)
Enquadramento no Prodoc	Atividade 1.3.7 Realizar diagnóstico das atuais práticas administrativas aplicadas a investimentos em educação e normas correlatas, com proposição de melhorias.

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Em conjunto com o Ministério da Educação - MEC, o FNDE tem realizado o alinhamento estratégico de suas ações institucionais, programáticas, administrativas e gerenciais a fim de criar condições institucionais apropriadas à gestão das políticas do referido ministério, no contexto do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei n. 13.005/2014, cujas diretrizes, metas e estratégias, estão relacionadas com as atividades desenvolvidas na Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP). Dentre essas, destaca-se a Meta 7 que aborda o fomento à melhoria da qualidade da educação básica e a estratégia 7.5, que versa sobre o Plano de Ações Articuladas (PAR), uma estratégia de assistência técnica e financeira que consiste em oferecer às Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos subsídios para melhor planejamento e execução da política educacional.

As diversas ações pedagógicas e de infraestrutura disponíveis no PAR contribuem para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições escolares e para o aprimoramento da qualidade da Educação Básica no Brasil, sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais - DIGAP – que gerencia parcela significativa do orçamento do Governo Federal, oferecendo iniciativas de equipamentos, materiais, mobiliários, ônibus escolares e obras educacionais (construção, reforma e ampliação de escolas) aos 26 estados, Distrito Federal e aos 5.565 municípios brasileiros. Os recursos chegam aos entes federados por meio de transferências voluntárias, além dos de emendas parlamentares, mediante pactuação de termos de compromisso e convênios entre o FNDE e os entes federativos.

Considerando as necessidades que envolvem os procedimentos de operacionalização, gestão, monitoramento e acompanhamento dos processos e procedimentos adotados pela diretoria, justifica-se a contratação de consultoria para elaboração de estudos e reflexões acerca das ações sob a sua responsabilidade e de suas coordenações-gerais quanto aos dados de convênios e termos de compromisso celebrados pelo FNDE que estão vigentes e em execução, incluindo estudos para o aperfeiçoamento das ações executados pelas áreas responsáveis, na Diretoria, pelo monitoramento e o acompanhamento dos instrumentos pactuados, com análise, proposições e sistematização de subsídios, estudos e avaliação que assegurem a plena aplicabilidade dos recursos orçamentários e financeiros previstos e repassados pelo FNDE, mediante comprovação da execução por parte dos entes federados. O resultado desses estudos permite a proposição de novos fluxos e critérios para a assistência técnica e financeira, e a consequente melhoria da execução dos instrumentos pactuados,

contribuindo para o cumprimento das metas relacionadas à educação básica do PNE 2014-2024 e, na qualidade da educação, fortalecendo a gestão das atividades que envolvam o planejamento e a alocação de recursos orçamentários e financeiros próprios das transferências voluntárias e à descentralização orçamentária de projetos educacionais geridos pela Autarquia, e assim, tornar mais eficiente a gestão educacional.

Desse modo, para a realização dos produtos e resultados esperados, faz-se necessária a contratação de consultoria especializada, com expertise em atividades relacionadas aos processos na área de políticas públicas, no âmbito da Administração Pública Federal, visando a elaboração de estudos e a formulação de sistemáticas e mecanismos operacionais e gerenciais, no sentido de apoiar as funções de gestão, diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento, todas essas ações próprias aos procedimentos que envolvem o PAR e demais projetos educacionais, objetivando a melhoria na qualidade da educação.

2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC

Resultado 1.3: Processos de planejamento, implantação, monitoramento e execução das ações de apoio e assistência técnica e financeira no contexto do Plano de Ações Articuladas, no âmbito da DIGAP, atualizados.

Atividade: 1.3.7 Realizar diagnóstico das atuais práticas administrativas aplicadas a investimentos em educação e normas correlatas, com proposição de melhorias.

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

As atividades são comuns para todos os produtos e consultores

Atividade 1 - Realizar levantamento situacional dos convênios e termos de compromisso referentes às emendas parlamentares, à luz das solicitações encaminhadas pelas Universidades Estaduais, Municipais e organizações sociais, na plataforma Transferegov.br e para os Estados e Municípios no âmbito do PAR.

Atividade 2 - Mapear e acompanhar as demandas de reformulação de termos de compromisso e convênios apresentadas pelos entes federados e Universidades Estaduais e Municipais e organizações sociais, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, no âmbito do PAR.

Atividade 3 - Realizar levantamento situacional das emendas parlamentares, à luz das solicitações encaminhadas pelos parlamentares na Lei Orçamentária Anual;

Atividade 4 - Realizar o acompanhamento orçamentário das propostas de convênios, Termos de Fomento e instrumentos congêneres, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, no âmbito do PAR

Atividade 5 - Elaborar instrumento para consolidação da situação de termos de compromisso, convênios e termos de fomento financiados por emendas parlamentares, contendo no mínimo: situação atual, proponente, valor global, saldo atual, valor de contrapartida, vigência, quantitativo de termos aditivos;

Atividade 6 - Consolidar os dados levantados e elaborar relatórios contendo a identificação e a situação atualizada dos termos de compromisso, convênios e termos de fomento firmados por meio de recursos oriundos de emendas parlamentares, no âmbito do PAR

Atividade 7 - Mapear e acompanhar as demandas de alteração das emendas parlamentares apresentadas pelos entes federados, Universidades Estaduais e Municipais e organizações sociais

Atividade 8 - Subsidiar tecnicamente a gestão da DIGAP quanto aos aspectos técnicos e quantitativos contidos no SIMEC, com recursos oriundos de emendas parlamentares;

Atividade 9 - Levantar dados acerca dos investimentos e pagamentos, por meio dos Sistemas Gerenciais do Governo Federal, no âmbito das ações do Plano de Ações Articuladas – PAR, considerando a divisão por estados descritos no Cronograma de Entregas.

Atividade 10 - Realizar reuniões com as áreas meios a fim de verificar os fluxos de empenho e/ou

pagamento, no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais – DIGAP.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Consultor nº 1

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico “A” – Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2021, para os estados: BA, RJ e SE, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	45 dias
Documento Técnico “B” - Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2021, para os estados: RS, RO e RR incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	100 dias
Documento Técnico “C” - Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2022, para os estados: BA, RJ e SE, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	160 dias
Documento Técnico “D” - Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2022, para os estados: RS, RO e RR incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	215 dias
Documento Técnico “E” – Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2023, para os estados: BA, RJ e SE, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	275 dias
Documento Técnico “F” – Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2023, para os estados, para os estados:, RS, RO e RR, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	320 dias

* O número de dias é contado a partir da assinatura do contrato

Consultor nº 2

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
--------------------	--------------------

Documento técnico “A” – Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares no ano de 2021 , para os estados: PB, PI e RN , incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	45 dias
Documento Técnico “B” - estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares no ano de 2021 , para os estados: AL, CE e DF , incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	100 dias
Documento Técnico “C” - estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares no ano de 2022 , para os estados: PB, PI e RN , incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	160 dias
Documento Técnico “D” - estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares no ano de 2022 , para os estados: AL, CE e DF , incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	215 dias
Documento Técnico “E” – estudo analítico sobre os termos de compromisso convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares no ano de 2023 , para os estados: PB, PI e RN, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	275 dias
Documento Técnico “F” – estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares no ano de 2023 , para os estados: AL, CE e DF, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	320 dias

* O número de dias é contado a partir da assinatura do contrato

Consultor nº 3

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico “A” Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br,, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2021 , para os estados	45 dias

ES, MT e GO incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	
Documento Técnico “B” Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br,, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2021 , para os estados PR e TO, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	100 dias
Documento Técnico “C” Estudo analítico sobre os, termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br,, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2022 , para os estados ES, MT e GO, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	160 dias
Documento Técnico “D” Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br,, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2022 , para os estados PR e TO incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	215 dias
Documento Técnico “E” Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br,, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2023 , para os estados ES, MT e GO, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	275 dias
Documento Técnico “F” , Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br,, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2023, para os estados PR e TO incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	320 dias

Consultor nº 4

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico “A” , Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2021, para os estados MA, PA e AM incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no	45 dias

atingimento das metas do PNE.	
Documento técnico “B” , Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2021, para os estados MG e MS, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	100 dias
Documento Técnico “C” Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2022, para os estados MA, PA e AM, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	160 dias
Documento Técnico “D” Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2022, para os estados MG e MS, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	215 dias
Documento Técnico “E” Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2023, para os estados de MA, PA e AM, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	275 dias
Documento Técnico “F” , Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2023, para os estados MG e MS, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	320 dias

* O número de dias é contado a partir da assinatura do contrato

Consultor nº 5

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico “A” Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2021, para os estados PE, AC e SC, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	45 dias

Documento técnico “B” , Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2021, para os estados SP e RR, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	100 dias
Documento técnico “C” Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br,, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2022, para os estados PE, AC e SC, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	160 dias
Documento técnico “D” Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2022 , para os estados SP e RR, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	215 dias
Documento Técnico “E” Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br,, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2023, para os estados PE, AC e SC, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	275 dias
Documento Técnico “F” , Estudo analítico sobre os termos de compromisso, convênios e termos de fomento vigentes, firmados com os Estados e Municípios, no âmbito do PAR e com Entidades de Ensino Superior não Federais e as Entidades Privadas sem fins lucrativos, cadastrados na Plataforma Transferegov.br,, com recursos provenientes de emendas parlamentares, no ano de 2023, para os estados SP e RR, incluindo os pontos críticos diagnosticados na execução e proposição de melhorias no processo de novas contratações de forma a contribuir no atingimento das metas do PNE.	320 dias

* O número de dias é contado a partir da assinatura do contrato

A delimitação dos produtos dar-se-á organizada por Estados, considerando os planos de trabalho das universidades estaduais, municipais e organizações sociais cadastrados na plataforma Transferegov.br e os planejamentos para os Estados e Municípios no âmbito do PAR que abrangem a entidade pela diferenciação do tipo de instrumento de pactuação de compromisso firmado, e suas peculiaridades de metodologias e sistemas de gestão, bem como os critérios e pré-requisitos adotados pelo FNDE para aprovação das demandas , mediante o apoio técnico e financeiro do FNDE.

5 - INSUMOS

Ao consultor será dado o apoio e material técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - PROCESSO SELETIVO

A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

6.1 Análise curricular:

- Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores>. O candidato que encaminhar qualquer outro formato de currículo estará eliminado da seleção;
- Os currículos deverão ser encaminhados nas datas previstas no edital publicado no diário oficial para o e-mail prodcdigap@fnde.gov.br, preferencialmente em formato PDF. Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados;
- No campo “assunto” do e-mail deverá constar, obrigatoriamente, o número do edital;
- A indicação do número incorreto do edital ou do projeto ensejará a eliminação do candidato;
- O candidato que não indicar o edital correto no campo “1.1 DADOS DA SELEÇÃO” do currículo será eliminado da seleção;
- Os currículos padrão encaminhados tempestivamente serão analisados pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no máximo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas,
- A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item “TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO” deste Termo de Referência.

6.2 Entrevista:

- Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação na etapa da análise curricular. Serão entrevistados, no máximo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas;
- A habilitação para o candidato seguir para a etapa de **entrevista** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 56 pontos;
- As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo padrão;
- A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;

- g) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

6.3 Análise documental/Convocação:

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) A habilitação para fins de **contratação** é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista;
- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail prodocdigap@fnde.gov.br;
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “Requisitos de Qualificação”.
- f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- a) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

7. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação ou que tiverem contratos vigentes de consultoria (ou em período de interstício para nova contratação¹) com algum organismo internacional não serão considerados para o processo de avaliação.

¹ Regras para Interstício, conforme a Portaria MRE nº 8, de 04.01.2017:

- 90 dias para contratação de consultores pela modalidade Produto para um mesmo projeto;
- 45 dias para contratação em projetos diferentes, executados pelo mesmo órgão ou entidade executora;
- 30 dias para contratação para projetos executados em diferentes órgãos ou entidades executoras.

7.1. Obrigatórios:

- a) **Formação Acadêmica:** Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, em qualquer área de conhecimento², fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- b) **Experiência profissional:** mínima de 3 (três) anos em atividades relacionadas aos processos de políticas educacionais no âmbito do setor público, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.
- c) **Experiência profissional:** mínima de 3 anos no uso de sistemas informatizados do Governo Federal relacionados à gestão e acompanhamento de programas, projetos e atividades educacionais.
- d) **Habilidades e competências:** Conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, capacidade de análise e síntese, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal e capacidade para trabalho em equipe.

7.2. Desejáveis:

- a) **Experiência profissional:** mínima de 2 anos em atividades relacionadas ao acompanhamento, análise de dados e geração de relatórios gerenciais com foco na execução e monitoramento de programas e projetos educacionais concernentes à assistência técnica e financeira, no âmbito do setor público.

8. TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Formação Acadêmica	Obrigatório: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, em qualquer área de conhecimento ³ , fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.	[100%] 10 pontos: Pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado e/ou Doutorado; [85%] 8,5 pontos: Graduação	10
2	Experiência do candidato	Obrigatório: Experiência profissional mínima de 3 (três) anos em atividades relacionadas aos processos de políticas educacionais no âmbito do setor público, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.	[100%] 25 pontos: 5 ou mais anos de experiência; [85%] 21,25 pontos: 4 anos de experiência; [70%] 17,5 pontos: 3 anos de experiência.	25
		Obrigatório: Experiência profissional mínima de 3 anos no uso de sistemas informatizados do Governo Federal relacionados à gestão e acompanhamento de programas, projetos e atividades educacionais.	[100%] 25 pontos: 5 ou mais anos de experiência; [85%] 21,25 pontos: 4 anos de experiência; [70%] 17,5 pontos: 3 anos de experiência.	25

² Áreas de conhecimento da CAPES.

³ Áreas de conhecimento da CAPES.

		<u>Desejável:</u> Experiência profissional mínima de 2 anos em atividades relacionadas ao acompanhamento, análise de dados e geração de relatórios gerenciais com foco na execução e monitoramento de programas e projetos educacionais concernente à assistência técnica e financeira, no âmbito do setor público.	[100%] 20 pontos: 4 ou mais anos de experiência; [85%] 17 pontos: 3 anos de experiência; [70%] 14 pontos: 2 anos de experiência.	20
3	Entrevista	Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência	5
		Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR.	[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito; [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito; [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	10
				100

9 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados e enviados aos responsáveis, conforme orientações e ordem indicados a seguir, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;

- A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

10 – DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de

outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

11 – LOCAL DE TRABALHO: Brasília - DF

Brasília/DF, abril de 2024.

Flávia de Holanda Schimdt
Coordenadora Executiva do Projeto 914BRZ1115